



**Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras**

Banco Original S.A.

31 de Dezembro de 2017

	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório do Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	4
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	6
Demonstração do Resultado	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	11
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	11
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	11
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	14
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	14
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	19
Nota 8 . Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19
Nota 9 . Outros Créditos	21
Nota 10 . Outros Valores e Bens	22
Nota 11 . Participações em Coligadas e Controladas	23
Nota 12 . Imobilizado de Uso	23
Nota 13 . Intangível	23
Nota 14 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	24
Nota 15 . Obrigações por empréstimos	25
Nota 16 . Outras Obrigações	25
Nota 17 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	26
Nota 18 . Patrimônio Líquido	26
Nota 19 . Limites Operacionais	27
Nota 20 . Partes Relacionadas	27
Nota 21 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	28
Nota 22 . Despesas de Pessoal	29
Nota 23 . Outras Despesas Administrativas	29
Nota 24 . Despesas Tributárias	29
Nota 25 . Outras Receitas Operacionais	29
Nota 26 . Outras Despesas Operacionais	29
Nota 27 . Resultado não Operacional	29
Nota 28 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	30
Nota 29 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	30
Nota 30 . Outras Informações	31
Nota 31 . Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos	31
Relatório do Comitê de Auditoria	33

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Atuação

O Banco contando com sólida estrutura organizacional, linhas de negócios bem definidas, sólida governança corporativa, robusta gestão de riscos e sistemas, vem atuando nos segmentos:

Banco de Atacado:

Corporate - que conta com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivas para este segmento;
Agronegócio - com atuação na Pecuária e Agricultura, com foco em produtores altamente profissionalizados e em segmentos bem definidos;

Banco de Varejo:

Foi lançado em 27 de março de 2016, e tem sua atuação no segmento de Pessoa Física como um *Full Bank*, oferecendo além de conta corrente, cartões de crédito, linhas de crédito pessoal, seguros, diversos produtos de investimento além de múltiplas funcionalidades disponíveis através da plataforma 100% digital.

Caixa e capital:

Destaca-se, ainda, a disponibilidade de caixa e capital, além do baixo índice de alavancagem, que permite ao Banco estar bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

O ano de 2017 foi um ano muito particular, pautado por cenário político e cenário econômico de muita incerteza. No Banco de Atacado optamos por uma atuação mais conservadora, reduzindo algumas exposições e preservando a liquidez.

Apenas no último trimestre do ano, o mercado apresentou maior estabilidade, permitindo uma atuação mais forte no mercado de crédito, especialmente na compra de recebíveis.

Já no Banco de Varejo o crescimento e a expansão da base de clientes e produtos continuaram acima do esperado, e superaram todas as metas.

Banco de Varejo - Banco Digital

O Banco Digital foi concebido para oferecer serviços personalizados para as pessoas físicas, empresas Corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado e para trazer pulverização e diversificação para a captação no Banco.

Para criar uma plataforma digital com serviços de qualidade e atendimento diferenciado, foram feitos investimentos com contratação e treinamento de profissionais, compra e desenvolvimento de softwares, utilizando o que há de mais atual e disruptivo em tecnologia.

Dentre os serviços oferecidos, destacam-se a abertura de contas, a contratação de produtos de forma 100% digital, depósitos em dinheiro via boleto, de cheque via imagem e várias opções em produtos para aplicação de recursos, tudo em apenas poucos cliques. Também merece destaque a possibilidade da realização de saques em outras moedas (Dólar e Euro) em nossos caixas eletrônicos.

Atingimos a marca de mais de 540 mil clientes em dezembro de 2017, com uma carteira de crédito de R\$ 300 MM e uma captação vinda desse segmento no valor de R\$ 640 MM.

Prêmios e Reconhecimentos

O Banco Original recebeu prêmios de reconhecimentos do mercado pela sua inovação:

- **10 empresas mais admiradas do país em inovação** - Instituto Anuário Valor Inovação Brasil 2017 - Revista Valor;
- **XVII Prêmio eFinance 2017** - Instituto eFinance - Case "Banco 100% Digital: Back Office otimizado e Eficiência Operacional";
- **CELENT Model Bank Awards** - Consumer Digital Platform;
- **V Prêmio a la Innovación Financiera** - CLAB 2017 / FELABAN - Case: "Seja Original - Digital Customer Onboarding";
- **Melhores Empresas em Satisfação do Cliente** - 1º lugar no Segmento de Demais Bancos e Financeiras;
- **Prêmio ORACLE - Excellence Award** - Leadership in Infrastructure Transformation;
- **12º Prêmio Relatório Bancário** - CRM - Case: "Plataforma de Atendimento Banco Original";
- **Prêmio Marketing Best** - Case: "Lançamento Banco Original".
- **Prêmio Informática Hoje** - Categoria Banco

Inovação Tecnológica

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) avalia anualmente atividades relacionadas à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no capítulo III da Lei nº 11.196 de 2005 (Lei do Bem). As exigências do Capítulo III da Lei do Bem foram atendidas pelo terceiro ano consecutivo, o que habilitou o Original a usufruir dos incentivos fiscais da referida Lei.

O montante do benefício de imposto de renda e contribuição social gerado nesse exercício foi de R\$ 30,5 MM, referente aos investimentos em inovação que fizemos durante o ano de 2015.

Mudança no Controle acionário

Em 16 de novembro de 2017 foi publicada no Diário Oficial da União a mudança do controle acionário do Banco.

O Sr. José Batista Sobrinho (diretamente) e o Sr. José Batista Sobrinho Junior (através da holding JBJ Agropecuária Ltda) passaram a deter o controle da instituição, com respectivamente 25,000002% e 25,000002% do capital da J&F Participações S.A, holding financeira detentora de 100% das ações do banco.

A J&F Investimentos, que anteriormente detinha 100% de participação no capital do Banco, continua como acionista, mas passou a ter 49,999996%.

Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco Original apresentou prejuízo no exercício de R\$ (10.737), contra um lucro de R\$ 18.467 apresentado no exercício de 2016.

Apesar do resultado modesto de 2017, ao final do exercício obtivemos um resultado operacional positivo de R\$ 7.192, oriundo basicamente do bom desempenho da Intermediação Financeira, o que demonstra um melhor desempenho do banco quando comparado ao resultado operacional negativo de R\$ (317.680) em 2016. Resultados voláteis são esperados até a maturação da atividade de varejo, esperada para 2019/2020.

2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 8.786.263 (31/12/2016 - R\$ 8.663.098), representado principalmente por:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações Interfinanceiras	265.227	969.963
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.078.592	962.803
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	4.959.551	5.313.563

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A carteira de crédito expandida, composta pela carteira de crédito e outros créditos, fiança, títulos privados e derivativos, ao término do exercício atingiu o saldo de R\$ 5.438.573 (31/12/2016 - R\$ 5.810.964) e o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa e de fiança é de R\$ 189.159 (31/12/2016 - R\$ 248.452), correspondente a 3,48 % da carteira expandida.

A redução da carteira de crédito ocorreu basicamente pelo impacto das cessões de crédito feitas em junho e setembro de 2017, cujo volume total foi de R\$ 573 MM.

O prazo médio da carteira ativa ao final do exercício é de 249 dias.

O resultado das políticas mais seletivas nas concessões de créditos está demonstrado pelos seguintes indicadores:

- 75% da carteira de crédito está concentrada nos Ratings AA a A;
- 95% da carteira de crédito Total está em Curso Normal.
- O índice de Cobertura apurado foi de 120,8%, ou seja, os saldos de provisões de crédito cobrem a carteira com atraso superior a 90 dias;

O quadro-resumo a seguir demonstra que mesmo no cenário adverso de 2017 a posição de risco de crédito do Banco foi e continua a ser bem administrada. De acordo com a política de concessão de crédito aos clientes do banco de atacado, normalmente são solicitadas garantias bem superiores ao valor da operação de crédito, para proteção contra possível desvalorização, custos processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia. O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.

Rating	Carteira e Garantias					% Cobertura R\$ mil
	Em Dia (Normal)	Em Atraso (Anormal)	PCLD	Saldo Carteira	Garantia Real	
AA - C	4.593.327	51.452	30.512	4.644.779	4.171.908	89,8%
D-H	131.255	183.517	156.610	314.772	679.351	215,8%
TOTAL	4.724.582	234.969	187.122	4.959.551	4.851.259	97,8%

Funding

A preservação da liquidez da instituição, em função do cenário adverso do ano de 2017, reflete em 31 de dezembro de 2017, em um caixa total de R\$ 1,3 bilhões. O Funding total do banco, na mesma data, era de aproximadamente R\$ 5,8 bilhões com um prazo médio de 307 dias.

A captação institucional do banco tem base sólida de clientes, e conta com diversificação e pulverização importantes, o que previne movimentos bruscos no caixa do banco. No segundo semestre do exercício teve um crescimento expressivo de 18% (aproximadamente de R\$ 4,9 bilhões em junho 2017 para R\$ 5,8 bilhões em dezembro 2017), e conseguiu uma redução significativa do custo total de captação ao longo do ano.

A captação do banco de varejo já contribui ao final do exercício com pouco mais de 11% do total do Funding do banco.

3. Resultado Operacional

Banco Financeiro Original (R\$ mil)	31/12/2017	31/12/2016	Variação %
Receitas da Intermediação Financeira	1.159.152	1.011.319	15%
Despesas de Intermediação Financeira	(590.554)	(799.452)	-26%
Resultado da Intermediação Financeira	568.598	211.867	168%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(561.406)	(529.547)	6%
Resultado Operacional	7.192	(317.680)	102%

Pelo quadro-resumo da Demonstração de resultado, podemos ver que o Original terminou o ano de 2017 apresentando uma melhora substancial em seu resultado operacional. A receita de intermediação financeira foi 15% maior que no ano anterior, e a despesa de intermediação 26% menor, decorrente da redução do custo de captação e redução das perdas de crédito, o que possibilitou uma recuperação importante do resultado operacional, que foi positivo ao final do exercício.

4. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 2.083.081 (31/12/2016 - R\$ 2.096.758), composto da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	614	3.554
Prejuízos Acumulados	(47.534)	(36.797)

● Agência de Rating

Agência	Escala Nacional		Escala Global	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB (bra)	B	B+

(1) Dezembro 2017

● Reestruturação em controladas

O capital social da controlada Original Asset Management foi considerado excessivo e sofreu uma redução de R\$ 61.119, passando de R\$ 63.119 para R\$ 2.000.

O valor foi integralmente devolvido aos sócios de acordo com o percentual de participação. O montante devolvido para o Banco atingiu R\$ 61.113 correspondente à sua participação de 99,99%.

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, report, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, em relação a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

2. Comitê de Auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014 o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

● Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No exercício de 2017, foram abertas 79 demandas (31/12/2016 - 289), as quais foram informadas à Alta Administração do Banco e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

● Pessoas

O Banco acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente no qual todos possam contribuir com suas experiências.

Assim investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacionais.

● Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2018.

Contador

Carlos André Hermesindo da Silva
CRC - 281528/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 31 às demonstrações financeiras, que descreve sobre o Acordo de colaboração premiada de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a entidade possui transações relevantes com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante		5.957.528	5.889.520
Disponibilidades	4	53.727	41.572
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	265.227	969.963
Aplicações no Mercado Aberto		59.999	886.056
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		142.252	65.978
Aplicações em Moedas Estrangeiras		62.976	17.929
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	1.678.079	405.248
Carteira Própria	6.a.2	1.271.885	196.834
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a.2	272.482	151.032
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a.2	124.702	32.727
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.1	9.010	24.655
Relações Interfinanceiras	7	2.414	1.160
Créditos Vinculados:		1.948	1.140
Depósitos no Banco Central		1.948	1.140
Correspondentes		466	20
Relações Interdependências	14.d	35.061	11.502
Transferências Internas de Recursos		35.061	11.502
Operações de Crédito	8	1.355.605	1.790.225
Setor Privado		1.482.008	1.934.515
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(126.403)	(144.290)
Outros Créditos		2.550.660	2.652.953
Carteira de Câmbio	9.a	71.504	92.455
Rendas a Receber		3.156	2.245
Negociação e Intermediação de Valores	6.b.2	2.055	17.803
Créditos Tributários	9.b.1	92.471	75.843
Direitos creditórios	9.e	2.345.309	2.336.272
Diversos	9.d	54.924	153.638
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e.1	(18.759)	(25.303)
Outros Valores e Bens	10	16.755	16.897
Despesas Antecipadas		16.755	16.897
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.078.698	1.973.477
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	400.513	557.555
Carteira Própria	6.a.2	171.679	262.050
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a.2	215.269	155.396
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a.2	12.453	139.402
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.1	1.112	707
Operações de Crédito	8	838.713	661.374
Setor Privado		880.673	739.453
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(41.960)	(78.079)
Outros Créditos		734.850	689.690
Direitos creditórios	9.e	176.230	202.630
Créditos Tributários	9.b.1	246.873	189.104
Diversos	9.d	311.747	297.987
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e.1	-	(31)
Outros Valores e Bens	10	104.622	64.858
Outros Valores e Bens		116.361	70.742
(Provisão para Desvalorização)		(11.739)	(5.884)
Permanente		750.037	800.101
Investimentos		7.302	66.259
Participações em Coligadas e Controladas:	11	6.854	65.811
No País		6.854	65.811
Outros Investimentos		448	448
Imobilizado de Uso	12	69.774	694.200
Outras Imobilizações de Uso		96.525	751.668
(Depreciação Acumulada)		(26.751)	(57.468)
Ativos Intangíveis	13	672.961	39.642
Ativos Intangíveis		806.869	47.799
(Amortização Acumulada)		(133.908)	(8.157)
Total do Ativo		8.786.263	8.663.098

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Passivo Circulante		4.812.241	4.163.066
Depósitos	14.a	2.368.592	1.312.943
Depósitos à Vista		191.179	77.952
Depósitos Interfinanceiros		102.529	72.891
Depósitos a Prazo		2.074.884	1.162.100
Captações no Mercado Aberto	14.b	485.660	390.091
Carteira Própria		485.660	305.428
Carteira de Terceiros		-	84.663
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	1.623.914	1.925.274
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.623.914	1.922.851
Certificados de Operações Estruturadas		-	2.423
Relações Interfinanceiras	7	8	-
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		8	-
Relações Interdependências	14.d	29.293	31.040
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.413	20.909
Transferências Internas de Recursos		25.880	10.131
Obrigações por empréstimos	15	-	104.017
Empréstimos no Exterior		-	104.017
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14.e	-	95.458
Outras Instituições		-	95.458
Instrumentos Financeiros Derivativos		8.128	49.007
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.1	8.128	49.007
Outras Obrigações		296.646	255.236
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		532	813
Carteira de Câmbio	9.a	-	5.815
Fiscais e Previdenciárias	16.a	59.673	44.573
Negociação e Intermediação de Valores	6.b.2	882	8.185
Diversas	16.b	235.559	195.850
Passivo Exigível a Longo Prazo		1.879.161	2.395.719
Depósitos	14.a	1.606.849	1.868.913
Depósitos a Prazo		1.606.849	1.868.913
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	232.161	485.496
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		232.161	485.496
Outras Obrigações	16.b	40.151	41.310
Diversas		40.151	41.310
Resultados de Exercícios Futuros		11.780	7.555
Rendas Antecipadas		11.780	7.555
Patrimônio Líquido		2.083.081	2.096.758
Capital Social:		2.130.001	2.130.001
De Domiciliados no País	18.a	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	614	3.554
Prejuízos Acumulados		(47.534)	(36.797)
Total do Passivo		8.786.263	8.663.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Receitas da Intermediação Financeira		526.784	1.159.152	1.011.319
Resultado de Operações de Crédito	8.g	304.390	726.990	680.416
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	215.407	317.096	190.448
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	5.814	111.809	139.915
Resultado de Operações com Câmbio	9.a.1	1.173	3.257	540
Despesas da Intermediação Financeira		(231.069)	(552.391)	(602.407)
Operações de Captação no Mercado	14.a.1	(230.081)	(549.672)	(616.076)
Operações de Empréstimos e Repasses	14.f	(988)	(2.719)	13.669
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		295.715	606.761	408.912
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(55.628)	(38.163)	(197.045)
Resultado da Intermediação Financeira Líquida da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		240.087	568.598	211.867
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(256.982)	(561.406)	(529.547)
Receitas de Prestação de Serviços	21.a	13.235	23.905	26.685
Tarifas	21.b	3.281	5.076	676
Despesas de Pessoal	22	(125.815)	(283.259)	(235.173)
Outras Despesas Administrativas	23	(186.834)	(359.885)	(327.794)
Despesas Tributárias	24	(18.754)	(34.601)	(23.040)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(202)	158	(258)
Outras Receitas Operacionais	25	64.105	94.535	45.164
Outras Despesas Operacionais	26	(5.998)	(7.335)	(15.807)
Resultado Operacional		(16.895)	7.192	(317.680)
Resultado não Operacional	27	(6.136)	(6.284)	364.807
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		(23.031)	908	47.127
Imposto de Renda e Contribuição Social	28	32.660	32.264	24.080
Provisão para Imposto de Renda		-	-	(7.398)
Provisão para Contribuição Social		-	-	(6.346)
Ativo Fiscal Diferido		32.660	32.264	37.824
Participações no Lucro		(23.003)	(43.909)	(52.740)
Lucro/ (Prejuízo) Líquido do Semestre/Exercício		(13.374)	(10.737)	18.467
Lucro/ (Prejuízo) Líquido por Ação - em (537.826.073) Ações		(0,0249)	(0,0200)	0,0343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.103.451	26.550	(10.976)	(55.265)	2.063.760
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	14.530	-	14.530
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		26.550	(26.550)	-	-	-
Lucro Líquido no Exercício		-	-	-	18.468	18.468
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.130.001	-	3.554	(36.797)	2.096.758
Mutações do Exercício		26.550	(26.550)	14.530	18.468	32.998
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.130.001	-	3.554	(36.797)	2.096.758
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	(2.940)	-	(2.940)
Prejuízo Líquido no Exercício		-	-	-	(10.737)	(10.737)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		2.130.001	-	614	(47.534)	2.083.081
Mutações do Exercício		-	-	(2.940)	(10.737)	(13.677)
Saldos em 30 de Junho de 2017		2.130.001	-	(8.514)	(34.160)	2.087.327
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	9.128	-	9.128
Prejuízo do semestre		-	-	-	(13.374)	(13.374)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		2.130.001	-	614	(47.534)	2.083.081
Mutações do Semestre		-	-	9.128	(13.374)	(4.246)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Atividades Operacionais				
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Semestre/Exercício		(13.374)	(10.737)	18.467
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) Líquido do Semestre/Exercício		(21.360)	38.641	261.776
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	55.628	38.163	197.045
Carteira de crédito		54.838	29.502	175.120
Outros Créditos		(14.718)	(6.847)	14.713
Cessão de créditos		15.508	15.508	7.212
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	202	(158)	258
Depreciações e Amortizações		56.256	105.383	43.673
Ajuste a Valor de Mercado		(102.853)	(96.280)	-
Tributos Diferidos		(27.657)	(27.261)	(37.824)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros		5.636	6.353	-
Provisão de Participações no Lucro		21.650	42.556	52.740
Provisão para Desvalorização BNDU	10	5.748	5.855	5.884
Demais ajustes no semestre/exercício		(35.970)	(35.970)	-
Lucro/ (Prejuízo) Líquido do Semestre/ Exercício Ajustado		(34.734)	27.903	280.243
Variações em Ativos e Passivos		(220.249)	79.693	269.362
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(88.701)	(76.787)	(73.465)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		340.554	(138.554)	(209.347)
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(9.254)	8.045	18.721
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(418.093)	311.293	167.472
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(918.752)	(177.409)	(1.620.575)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(47.069)	(35.928)	28.699
Aumento (Redução) em Depósitos		959.340	793.586	1.771.794
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		7.229	95.569	307.672
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(5.148)	(554.695)	245.233
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(62.589)	(163.298)	(319.215)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		17.329	12.966	(47.627)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		4.905	4.905	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(254.983)	107.596	549.605
Atividades de Investimento				
Aumento de Investimentos		-	-	(1.885)
Redução de capital em Investimento		57.209	57.209	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	12.b	(39.921)	(26.302)	(75.086)
Aplicações no Intangível	13.b	(4.237)	(88.208)	(164.623)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		13.051	(57.301)	(241.594)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(241.933)	50.295	308.011
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/ Exercício		1.225.419	933.191	625.180
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/ Exercício	4	983.486	983.486	933.191
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(241.933)	50.295	308.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Original S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foi consolidada e feita a compensação de saldos da agência no exterior das Ilhas Cayman.

Foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Original S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 28 de fevereiro de 2018 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Instrumentos de gerenciamento de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras e títulos de valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

● **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011, os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento;

● **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;

● **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não havia títulos mantidos até o vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- **Hedge** de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado;
- **Hedge** de Investimento Líquido em Operações no Exterior - **Hedge** de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido. O passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

O Banco Original adquire créditos, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo estas com partes relacionadas. Essas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco Original para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores sua avaliação considerará os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

j.3) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

No exercício de 2017, o Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução nº 4.534/2016 e reclassificou do imobilizado montantes referentes a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível, no qual será amortizado em 10 anos.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (*Impairment*)

É reconhecido como perda se o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No exercício de 2017, não foram registradas perdas por *Impairment*.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas à alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/2015, fruto de conversão da MP nº 675/2015. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras e os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "Despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Banco Original possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado para operações livres de risco. As cessões de crédito foram feitas a valor contábil e as transações estão demonstradas na Nota 20, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009. O Banco efetuou cessão de carteira de crédito, a qual foi precificada pelo valor contábil.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2017 e 2016 não foram deliberados dividendos.

t) Avals e Fianças

Os avals e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avals e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

De acordo com a Resolução nº 4.512/2016 as operações de avals e fianças prestadas e honradas e não honradas têm provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda da Administração.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

4. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	53.727	41.572
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	110.096	891.619
Títulos e Valores Mobiliários	819.663	-
Total	983.486	933.191

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017	31/12/2016
				Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	59.999	-	-	59.999	886.056
Posição Bancada	59.999	-	-	59.999	802.040
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	59.999	-	-	59.999	419.986
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	15.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	367.054
Posição Financiada	-	-	-	-	84.016
Letras do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	84.016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	119.968	22.284	-	142.252	65.978
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	53.722	-	-	53.722	5.563
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinculados Crédito Rural	66.246	22.284	-	88.530	60.415
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	62.976	-	62.976	17.929
Aplicação prazo fixo	-	62.976	-	62.976	17.929
Total	179.967	85.260	-	265.227	969.963
Circulante				265.227	969.963

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), os prazos referem-se ao lastro da operação, e as aplicações em DI estão custodiadas na B3.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	31/12/2017	31/12/2016
			Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeira do Tesouro - LFT	31.039	75	31.114	12.624
Letras do Tesouro Nacional - LTN	782.100	1.504	783.604	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	104.866	(13)	104.853	-
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽³⁾	231.911	97.849	329.760	46.461
Total Carteira Própria	1.149.916	99.415	1.249.331	59.085
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras Financeira do Tesouro - LFT	80.078	192	80.270	100.956
Total Vinculados a compromissos de recompra	80.078	192	80.270	100.956
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	103.830	2.683	106.513	-
Total Vinculados à prestação de garantias	103.830	2.683	106.513	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.881	8	3.889	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	20.469
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	50.571
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	114.615	447	115.062	219.239
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.468	-	3.468	3.012
Debêntures	20.031	6	20.037	52.171
Nota Promissória	50.119	109	50.228	54.337
LF Pós-Principal e Encargos	1.549	-	1.549	-
Total Carteira Própria	193.663	570	194.233	399.799
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.012	43	10.055	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	387.869	978	388.847	149.960
Títulos Privados				
Debêntures	8.449	130	8.579	55.512
Total Vinculados a compromissos de recompra	406.330	1.151	407.481	205.472
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	60.758
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	12.364	89	12.453	111.371
Outros				
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	18.000	189	18.189	-
Total Vinculados à prestação de garantias	30.364	278	30.642	172.129

a.2) Classificação e Vencimento

	31/12/2017				31/12/2016	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Títulos para Negociação						
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	31.114	31.114	12.624
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	714.810	-	68.794	783.604	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	104.853	-	-	104.853	-
Títulos Privados						
Ações de Companhias Abertas ⁽³⁾	329.760	-	-	-	329.760	46.461
Total Carteira Própria	329.760	819.663	-	99.908	1.249.331	59.085
Circulante					1.249.331	59.085
Vinculados a compromissos de recompra						
Títulos Públicos						
Letras Financeira do Tesouro - LFT	-	-	-	80.270	80.270	100.956
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	80.270	80.270	100.956
Circulante					80.270	100.956
Vinculados à prestação de garantias						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	106.513	106.513	-
Total Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	106.513	106.513	-
Circulante					106.513	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Sem		De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017		31/12/2016	
	Vencimento	Até 3 meses			Total	Total		
Títulos Disponíveis para Venda								
Carteira Própria								
Títulos Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	3.889	3.889	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	-	20.469
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	-	-	-	-	50.570
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	991	114.071	115.062	-	-	219.240
Títulos Privados								
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	-	3.468	3.468	-	-	3.012
Debêntures ⁽²⁾	-	-	20.014	23	20.037	-	-	52.171
Nota promissória	-	-	-	50.228	50.228	-	-	54.337
LF Pós-Principal e Encargos	-	-	1.549	-	1.549	-	-	-
Total Carteira Própria	-	-	22.554	171.679	194.233	-	-	399.799
Circulante					22.554			137.749
Longo Prazo					171.679			262.050
Vinculados a compromissos de recompra								
Títulos Públicos								
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	192.212	196.635	388.847	-	-	149.960
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	10.055	10.055	-	-	-
Títulos Privados								
Debêntures ⁽²⁾	-	-	-	8.579	8.579	-	-	55.512
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	192.212	215.269	407.481	-	-	205.472
Circulante					192.212			50.076
Longo Prazo					215.269			155.396
Vinculados à prestação de garantias								
Títulos Públicos								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	-	60.758
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	12.453	12.453	-	-	111.371
Outros								
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	18.189	-	-	-	18.189	-	-	-
Total Vinculados à prestação de garantias	18.189	-	-	12.453	30.642	-	-	172.129
Circulante					18.189			32.727
Longo Prazo					12.453			139.402

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Esses papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(2) Estas Debêntures são remuneradas 100% do CDI + 4,25% a.a. e seu vencimento é em fevereiro de 2019. Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

(3) Em 31 de Dezembro de 2017 o Banco reclassificou sua carteira de ações JBS para a categoria Negociação. Essa reclassificação está alinhada à estratégia de gerenciamento de riscos e as melhores práticas contábeis onde os Instrumentos financeiros devem ser classificados, não pela intenção de obtenção de ganho financeiro em função da oscilação de preços, e sim pelo plano de negócio da entidade. O valor de marcação a mercado reclassificado para resultado positivo é de R\$ 96.166.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.264	66.997	110.493
Resultado de Títulos de Renda Fixa	92.998	161.635	58.665
Resultado de Títulos de Renda Variável	108.049	88.336	(5.348)
Resultado de Títulos no Exterior	96	128	26.638
Total	215.407	317.096	190.448

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 29.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às necessidades dos clientes;
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Banco segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução nº 4.557/2017 e da Circular nº 3.354/2007, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* da Instituição. Neste caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas e submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- VaR Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test;
- Stop Loss.

Aqueles classificados como *banking* possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco detinha um único instrumento financeiro derivativo classificado contabilmente, nos termos da Circular nº 3.082/2002, como *hedge* de fluxo de caixa. Esse instrumento é um SWAP que faz o *hedge* da variação cambial do Capital da agência do Banco Original em Cayman.

Carteira Trading - dez/2017		Value at Risk		
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	dez/16
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	1.012	69	47
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	3	-	-
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	365	1.448	270
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	99	-	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	1.439	88.864	14.474
Exposição com Correlação		3.125	85.729	14.033

Carteira Banking - dez/2017		Teste de Estresse		
Risco		Média	Fechamento	dez/16
Risco de Taxa de Juros		29.790	34.221	27.123

Destaca-se que o aumento relevante do *Value at Risk* (VaR) na linha referente ao Fator de Risco em Ação Bolsa foi resultado da reclassificação, ao final deste semestre, do estoque de ações, que estava classificado com a modalidade Disponível para Venda (*banking book*), para Negociação (*trading book*). Essa reclassificação está alinhada à estratégia de gerenciamento de riscos e as melhores práticas contábeis onde os Instrumentos financeiros devem ser classificados, não pela intenção de obtenção de ganho financeiro em função da oscilação de preços, e sim pelo modelo de negócio da entidade.

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3;
- **NDF:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na B3 ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor			Valor		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial dos Contratos
NDF						
Posição Ativa	4.157	3.908	827.544	21.469	22.118	1.566.553
Prefixado	495	929	460.818	21.221	21.988	766.066
Dólar	3.662	2.979	365.064	248	130	800.487
Real	-	-	1.662	-	-	-
Posição Passiva	(6.030)	(7.875)	(827.544)	(42.511)	(48.687)	(1.566.553)
Prefixado	(2.273)	(4.350)	(365.064)	(42.400)	(48.604)	(800.487)
Dólar	(3.594)	(3.389)	(457.962)	(111)	(83)	(762.622)
Real	(66)	(64)	(1.662)	-	-	-
Euro	(97)	(72)	(2.856)	-	-	(3.444)
Diferencial Líquido	(1.873)	(3.967)	-	(21.042)	(26.569)	-

	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor			Valor		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato
Swap						
Posição Ativa	4.319	6.214	216.497	1.401	3.191	91.724
Prefixado	4.041	4.883	143.810	123	1.271	41.702
Dólar	35	275	18.533	861	1.274	25.063
CDI	22	810	52.808	417	646	24.959
SELIC	221	246	1.346	-	-	-
Posição Passiva	(338)	(253)	(216.497)	(121)	-	(91.724)
Prefixado	(3)	(15)	(42.808)	(68)	-	(26.216)
Dólar	(335)	(238)	(152.348)	-	-	(23.806)
CDI	-	-	(19.995)	(53)	-	(41.702)
SELIC	-	-	(1.346)	-	-	-
Diferencial Líquido	3.981	5.961	-	1.280	3.191	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Opções						
Posição Passiva	-	-	-	-	(10)	(3.500)
Futuro Dólar	-	-	-	-	(10)	(3.500)
Diferencial Líquido	-	-	-	-	(10)	(3.500)
COE (Certificado de Operação Estruturada)						
Posição Ativa	-	-	-	-	53	4.070
Dólar	-	-	-	-	53	4.070
Posição Passiva	-	-	-	-	(310)	(4.070)
Dólar	-	-	-	-	(310)	(4.070)
Diferencial Líquido	-	-	-	-	(257)	-

	31/12/2017			31/12/2016	
	Custo - Valor a Receber/(Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Mercado dos Contratos
Resumo					
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	(1.873)	(2.094)	(3.967)	827.544	(5.527)
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	3.981	1.980	5.961	216.497	1.911
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	(10)
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	-	-	-	(257)
Total	2.108	(114)	1.994	1.044.041	(3.883)

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	31/12/2017			31/12/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores a Receber/(Pagar) a Mercado					
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(1.917)	(2.410)	360	(3.967)	(26.569)
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	3.614	1.595	752	5.961	3.191
Operações Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	(10)
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	-	-	-	(257)
Total	1.697	(815)	1.112	1.994	(23.645)

	31/12/2017			31/12/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores Referenciais dos Futuros*					
DI	266.859	241.073	521.993	1.029.925	1.577.255
Dólar	349.433	-	-	349.433	600.090
DDI	156.949	321.933	111.732	590.614	1.903.594
BGI	-	146	-	146	-
Euro	-	-	-	-	3.436
Total	773.241	563.152	633.725	1.970.118	4.084.375

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de DDI, DI, BGI, Euro, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 1.173 ativos (31/12/2016 - R\$ 9.618 ativos), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados na B3, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 118.966 (31/12/2016 - R\$ 172.129) sendo este representado por LTN R\$ 106.513 e NTN R\$ 12.453. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, e na B3.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre			01/01 a 31/12/2016			
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado	Resultado
NDF	129.735	(34.823)	94.912	212.279	(187.380)	24.899	128.933
"Swap"	6.993	(3.677)	3.316	16.018	(5.661)	10.357	(72.063)
Opções	1	-	1	318	-	318	1.412
DI	83.455	(95.169)	(11.714)	178.264	(101.696)	76.568	(8.827)
DDI	153.800	(140.569)	13.231	194.534	(168.999)	25.535	265.798
BGI	469	(844)	(375)	645	(862)	(217)	(1.286)
Moedas	31.408	(125.206)	(93.798)	107.733	(130.678)	(22.945)	(158.880)
Índice	3.360	(2.698)	662	5.784	(8.739)	(2.955)	1.505
Dólar	43.490	(43.915)	(425)	43.490	(43.915)	(425)	(15.839)
Outros	4	-	4	1.325	(651)	674	(838)
Total	452.715	(446.901)	5.814	760.390	(648.581)	111.809	139.915

b.4) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

O Banco Original utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos em investimentos no exterior da Agência Cayman, cuja moeda de suas operações está em dólar. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de *hedge* de fluxo de caixa.

O Banco documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*. O Banco também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto no resultado do componente inefetivo foi no valor de R\$ (1.288), contabilizado na rubrica de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" no montante de R\$ 2.406 ativos (31/12/2016 - R\$ 1.160 ativos) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e Títulos Descontados	1.567.375	1.504.526
Empréstimos	1.424.077	1.350.081
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	280.928	379.198
Capital de Giro	886.146	825.335
Conta Corrente Garantida	71.740	100.446
Empréstimo Consignado	573	2.315
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	8	45
Cheque Especial	45.413	13.874
Empréstimo Rotativo	14.359	14.884
Crédito Pessoal	37.061	5.371
Outros empréstimos	87.849	8.613
Financiamentos	733.977	920.277
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	733.977	920.277
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	93.755
Financiamentos Imobiliários	61.329	155.409
Operações de crédito vinculadas à Cessão	143.298	154.445
Adiantamento de Contratos de Câmbio (Nota 9.a)	69.031	91.394
Direitos Creditórios (Nota 9.e)	2.521.539	2.538.902
Outros créditos	6.300	9.300
Subtotal	4.959.551	5.313.563
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8.e)	(168.363)	(222.369)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8.e.1)	(18.759)	(25.334)
Total	4.772.429	5.065.860
Circulante	3.755.715	4.404.486
Longo Prazo	1.016.714	661.374

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

Setor Privado	Parcelas a Vencer até 12 Meses e			31/12/2017	31/12/2016
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
	Rural	15.895	693.503	416.155	1.125.553
Indústria	35.252	405.447	394.383	835.082	1.153.439
Financeiro	-	3.346	-	3.346	1.244
Pessoas Físicas	90.086	200.274	8.555	298.915	135.216
Comércio	23.773	2.247.381	146.840	2.417.994	2.357.080
Serviços	353	154.751	89.606	244.710	340.099
Outros	317	30.776	2.858	33.951	10.123
Total	165.676	3.735.478	1.058.397	4.959.551	5.313.563

c) Concentração de Crédito

	31/12/2017		31/12/2016			
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	1.043.824	21%	1.755	1%	1.191.768	22%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.377.118	28%	63.559	34%	1.394.597	26%
100 Maiores Devedores Seguintes	648.790	13%	11.984	6%	783.734	15%
Demais Devedores Seguintes	1.889.819	38%	109.824	59%	1.943.464	37%
Total	4.959.551	100%	187.122	100%	5.313.563	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2017. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de rating e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2017
	% Provisão	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão
	Mínima Requerida				Requerida
AA	0,0%	881.845	-	881.845	-
A	0,5%	2.827.925	107	2.828.032	13.995
B	1%	563.608	18.009	581.617	5.837
C	3%	319.949	33.336	353.285	10.680
D	10%	51.463	20.316	71.779	7.861
E	30%	30.170	75.867	106.037	31.811
F	50%	623	7.725	8.348	4.174
G	70%	45.056	7.757	52.813	36.968
H	100%	3.943	71.852	75.795	75.796
Total		4.724.582	234.969	4.959.551	187.122

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

31/12/2016

Nível de Risco	Carteira de Créditos				Provisão
	% Provisão	Curso	Curso		Requerida
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾	Total	
AA	0,0%	1.234.223	-	1.234.223	-
A	0,5%	2.313.049	93	2.313.142	11.567
B	1%	747.822	16.762	764.584	7.659
C	3%	333.636	25.293	358.929	10.800
D	10%	91.451	69.512	160.963	16.275
E	30%	135.229	236.692	371.921	111.576
F	50%	658	35.804	36.462	18.231
G	70%	1.142	4.671	5.813	4.069
H	100%	3.184	64.342	67.526	67.526
Total		4.860.394	453.169	5.313.563	247.703

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	222.369	114.645
Constituição Líquida de Reversão	44.738	182.332
Baixa para Prejuízo	(98.744)	(74.608)
Saldo Final	168.363	222.369
Circulante	(126.403)	(144.290)
Longo Prazo	(41.960)	(78.079)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	63.306	29.236

(1) Registrados como receita da Intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outros Créditos

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	25.334	10.621
Constituição Líquida de Reversão	(6.575)	14.713
Saldo Final	18.759	25.334
Circulante	(18.759)	(25.303)
Longo Prazo	-	(31)

No exercício de 2017, os créditos renegociados são de R\$ 258.469 (31/12/2016 - R\$ 283.382), e a Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos em 2017 é de R\$ 39.282 (31/12/2016 - R\$ 61.148), relativo às operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 29.

f) Cessão de Crédito

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecidos na data da cessão. A venda da carteira no exercício de 2017 foi efetuada no valor de R\$ 573.194 conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	516.578	19.505
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	56.616	17.242
Total da venda ⁽³⁾	573.194	36.747

(1) Não houve lucro na cessão, a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e o valor da reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi no montante de R\$ 406.419.

(2) O montante de R\$ 56.616 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) Venda feita com partes relacionadas.

g) Resultado de Operações de Crédito

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	84	878	1.249
Rendas de Empréstimos	213.358	503.647	444.340
Rendas de Títulos Descontados	18.414	32.416	55.100
Rendas de Financiamentos	61.610	128.451	154.734
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo ⁽¹⁾	12.517	63.306	29.236
Resultado com Cessão de Créditos sem coobrigação	-	504	264
Despesas com Cessão de Créditos com coobrigação	(43)	(43)	(258)
Perdas com créditos Incobráveis	(1.550)	(2.169)	(4.249)
Total	304.390	726.990	680.416

(1) No exercício de 2017, o montante de R\$ 56.616 refere-se à recuperação de créditos baixado para prejuízo pela cessão de crédito Nota 8.f.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Estrangeira Recebidos	-	(4.888)
Direitos sobre Venda de Câmbio	-	898
Câmbio Comprado a Liquidar	70.453	95.342
Rendas á receber de adiantamentos concedidos ⁽¹⁾	1.051	1.103
Total	71.504	92.455
Circulante	71.504	92.455
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	-	(895)
Obrigações por Compra de Câmbio	(67.980)	(95.211)
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	67.980	90.291
Total	-	(5.815)
Circulante	-	(5.815)

(1) Os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 1.051 (31/12/2016 - R\$ 1.103) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 67.980 (31/12/2016 - R\$ 90.291) compõem o saldo de R\$ 69.031 (31/12/2016 - R\$ 91.394) divulgado na nota 8.a.

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de câmbio	32.517	70.839	147.744
Despesas de câmbio	(31.344)	(67.582)	(147.204)
Total	1.173	3.257	540

b) Créditos Tributários

	31/12/2017	31/12/2016
Créditos Fiscais Diferidos	264.947	220.650
Saldo Inicial		
Constituições	291.096	155.582
Reversões	(216.699)	(111.285)
Saldo Final	339.344	264.947
Débitos Fiscais Diferidos - Nota 16.a	14.805	4.133
Saldo Inicial		
Constituições	84.451	11.740
Reversões	(51.179)	(1.068)
Saldo Final	48.077	14.805

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo Fiscal	398.242	200.186
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	99.561	50.046
Base Negativa de Contribuição Social	402.117	203.613
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%⁽¹⁾	80.423	40.723
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	204.521	231.724
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	18.759	25.334
Provisão para Contingências Trabalhistas	19.306	20.621
Provisão para Contingências Cíveis	17.696	20.689
Provisão para Despesas Administrativas	49.830	48.002
Provisão PLR - Administradores	4.812	20.766
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	11.739	5.884
Ajustes Futuro DI e DDI	1.026	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	(48)	-
Perdas em Operações de Crédito	6.296	4.028
Outras Diferenças Temporárias	20.090	10.014
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	354.027	387.063
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	354.027	387.063
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	88.507	96.766
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%⁽¹⁾	70.805	77.412
Ajustes DI Futuro	1.026	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	1.026	-
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	48	-
Total do Ativo Fiscal Diferido	339.344	264.947
Circulante	92.471	75.843
Longo Prazo	246.873	189.104

(1) Em 30 de junho de 2015, a alíquota era de 15% com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2017	31/12/2016
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	101.048	17.908
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	46	6.776
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(4.701)	(1.148)
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	6.447
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(300)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	96.393	29.683
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	24.098	7.421
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	19.279	5.937
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	101.048	17.908
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	46	6.776
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	6.447
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	101.094	31.131
Aliquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	4.701	1.448
Total do Passivo Fiscal Diferido	48.078	14.806
Circulante	48.078	14.806

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Impostos Diferidos
2017	-	-	-	75.843	(14.806)	61.037
2018	92.471	(48.078)	44.393	101.788	-	101.788
2019	36.730	-	36.730	42.956	-	42.956
2020	68.236	-	68.236	43.988	-	43.988
2021	59.114	-	59.114	372	-	372
2022	80.993	-	80.993	-	-	-
A partir de 2023	1.800	-	1.800	-	-	-
Total	339.344	(48.078)	291.266	264.947	(14.806)	250.141

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2017, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 292.116 (31/12/2016 - R\$ 211.937).

d) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	33.099	6.808
Devedores por Depósitos em Garantia	14.328	10.507
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 17.b.1)	7.111	5.729
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 17.b.2)	7.217	4.778
Adiantamentos Salariais/Outros	1.172	8.209
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	6.300	9.300
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	37
Valores a receber venda da marca (Nota 30.f)	297.419	411.311
Outros	14.353	5.453
Total	366.671	451.625
Circulante	54.924	153.638
Longo Prazo	311.747	297.987

e) Direitos Creditórios

	31/12/2017	31/12/2016
Direitos Creditórios (Nota 8.a) ⁽¹⁾	2.521.539	2.538.902
Total	2.521.539	2.538.902
Circulante	2.345.309	2.336.272
Longo Prazo	176.230	202.630

(1) Na rubrica "Direitos creditórios", que se refere à compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas).

10. Outros Valores e Bens

	31/12/2017	31/12/2016
Bens não de Uso - Imóveis	116.361	70.742
(Provisão para Desvalorização)	(11.739)	(5.884)
Despesas Antecipadas	16.755	16.897
Total	121.377	81.755
Circulante	16.755	16.897
Longo Prazo	104.622	64.858

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação
	Direta ou Indiretamente (Mil)		
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	
Controladas			
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/ Fundos	1.999.800	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros Desenvolvimento/Teleatendimento/Prestação de serviços de crédito	3.446.550	99,90%
Original App Ltda		3.449.655	99,99%

	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido/(Prejuízo)		Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2017	31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	2º semestre 31/12/2016
Controladas do Banco								
Original Asset Management Ltda. ⁽¹⁾	2.000	985	2.985	62.230	1.868	440	3.211	
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	2.713	(1.235)	1.476	712	(1.234)	(596)	(857)	
Picpay Serviços S.A. ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	(2.068)	
Original App Ltda.	2.869	(476)	2.393	2.869	(476)	(45)	(544)	
Total	7.582	(726)	6.854	65.811	158	(202)	(258)	

(1) Em 5 de maio de 2017 o capital social da Original Asset Management foi reduzido em R\$ 61.119 por ser considerado excessivo. O novo capital social passou a ser de R\$ 2.000, com o consequente cancelamento de 61.119 quotas.

(2) Investimento alienado em dezembro de 2016 para partes relacionadas pelo valor contábil, não gerando resultado na alienação.

12. Imobilizado de Uso

a) Valor residual imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	31/12/2017	31/12/2016
			Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	35.844	(7.915)	27.929	30.466
Sistemas de Processamento de Dados ⁽¹⁾	60.119	(18.526)	41.593	663.412
Sistemas de Segurança e Comunicações	562	(310)	252	322
Total	96.525	(26.751)	69.774	694.200

b) Movimentação imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Saldo inicial 31.12.2016		Aquisição/ Baixa		Saldo Final 31/12/2017
			Transferência ⁽¹⁾	Depreciação	
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	30.467	1.251	(61)	(3.728)	27.929
Sistemas de Processamento de Dados ⁽¹⁾	663.412	12.025	(622.969)	(10.875)	41.593
Sistemas de Segurança e Comunicações	321	13.026	(12.934)	(161)	252
Total	694.200	26.302	(635.964)	(14.764)	69.774

(1) O Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução n° 4.534 e reclassificou em 2017 o montante de R\$ 635.964 referente a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível.

13. Intangível

a) Valor residual

Gastos com Desenvolvimento	Custo	Amortização	31/12/2017	31/12/2016
			Líquido	Líquido
	806.869	(133.908)	672.961	39.642
Total	806.869	(133.908)	672.961	39.642

b) Movimentação do intangível

Gastos com Desenvolvimento	Saldo inicial 31.12.2016		Aquisição		Saldo Final 31/12/2017
			Transferência ⁽¹⁾	Amortização	
	39.642	88.208	635.964	(90.853)	672.961
Total	39.642	88.208	635.964	(90.853)	672.961

(1) O Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução n° 4.534 e reclassificou o montante de R\$ 635.964 referente a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3 ou agentes de mercado, quando necessário.

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017	31/12/2016
					Total	Total
Depósitos à Vista	191.179	-	-	-	191.179	77.952
Depósitos Interfinanceiros	-	90.426	12.103	-	102.529	72.891
Depósitos a Prazo - CDB e RDB ⁽¹⁾	-	901.641	1.173.243	1.606.849	3.681.733	3.031.013
Total	191.179	992.067	1.185.346	1.606.849	3.975.441	3.181.856
Circulante					2.368.592	1.312.943
Longo Prazo					1.606.849	1.868.913

(1) Os depósitos a Prazo possuem cláusula de resgate antecipado.

Em 31 de dezembro de 2017, os Depósitos a Prazo estão compostos por RDB no montante de R\$ 144.547 (31/12/2016 - R\$ 198.697), CDB no montante de R\$ 3.537.186 (31/12/2016 - R\$ 2.832.317).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 129,5% do CDI, (31/12/2016 - 90% e 129,5% do CDI) e para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 6,23 % a.a. e 19,19 % a.a. (31/12/2016 - 11,89% a.a. e 19,19% a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas de 101,5 % a 106 % do CDI (31/12/2016 - 101% a 106% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	2º Semestre	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos Interfinanceiros	(4.176)	(12.807)	(3.173)
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(140.149)	(324.242)	(300.577)
Captação no Mercado Aberto	(9.136)	(17.518)	(8.581)
Despesas Letras de crédito do Agronegócio	(32.565)	(81.762)	(191.196)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(3.476)	(7.210)	(6.900)
Despesas de Letras Financeiras	(7.245)	(20.032)	(26.847)
Despesas de Letras Imobiliárias	(33.238)	(85.883)	(78.534)
Despesas com operação estruturada -COE	(96)	(218)	(268)
Total	(230.081)	(549.672)	(616.076)

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017	31/12/2016
				Total	Total
Carteira Própria	485.660	-	-	485.660	305.428
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	250.041
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	387.199	-	-	387.199	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	90.013	-	-	90.013	-
Outros	8.448	-	-	8.448	55.387
Carteira de Terceiros	-	-	-	-	84.663
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	84.663
Total	485.660	-	-	485.660	390.091
Circulante				485.660	390.091

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017	31/12/2016
				Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	368.006	332.476	73.929	774.411	1.061.558
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	171.916	692.506	100.850	965.272	1.130.833
Letras Financeiras- LF	-	59.010	57.382	116.392	215.956
Certificados de operações estruturadas - COE	-	-	-	-	2.423
Total	539.922	1.083.992	232.161	1.856.075	2.410.770
Circulante				1.623.914	1.925.274
Longo Prazo				232.161	485.496

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 88 % e 104 % do CDI (31/12/2016 - 89% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 6,01 % a.a. e 16,62 % a.a (31/12/2016 - 10,78% a.a. e 16,62% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 85 % a 102 % do CDI (31/12/2016 - 87% e 102,6% do CDI). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 112 % a 120 % do CDI ou 107,5 % a 108,5 % do IPCA, (31/12/2016 - 115% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA).

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional e transferência de recursos entre dependências no montante de R\$ 5.768 ativo (31/12/2016 - R\$ 19.538).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Obrigações por Repasses do País

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinadas a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

				31/12/2017	31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Funcafé - FAC	-	-	-	-	55.481
Funcafé - Estocagem	-	-	-	-	34.572
Funcafé - Capital de Giro	-	-	-	-	5.405
Total	-	-	-	-	95.458

Circulante

Em outubro de 2017, o Banco apresentou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a desistência do contrato unicamente para este ano safra, tendo em vista a não formalização por parte do Ministério, o qual foi encaminhado em agosto deste mesmo ano. Não há prejuízo de submeter novo pedido de repasse de recursos financeiros do Funcafé nos próximos anos safra.

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	2° Semestre	31/12/2017	31/12/2016
Despesas De Empréstimos No Exterior ⁽¹⁾	350	2.058	17.860
Despesas De Obrigações Com Banqueiros No Exterior	(644)	(1.941)	(1.102)
Despesas De Repasses - Outras Instituições Oficiais	(694)	(2.836)	(3.089)
Total	(988)	(2.719)	13.669

(1) O efeito credor refere-se à variação cambial do exercício.

15. Obrigações por Empréstimos

a) Obrigações em moeda estrangeira

				31/12/2017	31/12/2016
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras	-	-	-	-	104.017
Total	-	-	-	-	104.017
Circulante	-	-	-	-	104.017

Em 2016, o Banco Original realizou operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 2,43% a.a. a 4,5% a.a.

16. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	1.160	1.824
Impostos e Contribuições sobre Salários	7.771	11.302
I.R.- s/ Operações de renda fixa	206	282
IOF - Capital de Giro	374	183
Outros	2.084	2.432
Provisão para Imposto de Renda	-	7.398
Provisão para Contribuição Social	-	6.346
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b.2)	48.078	14.806
Total	59.673	44.573
Circulante	59.673	44.573

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 17.b.1)	22.455	20.622
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 17.b.2)	17.696	20.689
Provisão para Outros Créditos	-	3
Provisão para Pagamentos a Efetuar	88.477	94.847
Despesas de Pessoal	73.744	89.797
Outras Despesas Administrativas	11.097	1.755
Outros Pagamentos	3.636	3.295
Consignados	90	-
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	13.794	14.131
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	1.660	11
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	1.107	268
Recuperação de Crédito	13	46
Adiantamentos, Comissões, Antecipações a Correspondentes	-	773
Credores Diversos - Exterior/País ⁽³⁾	128.382	85.022
Provisão para Fianças	2.036	748
Total	275.710	237.160
Circulante	235.559	195.850
Longo Prazo	40.151	41.310

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original que são pagos em outros bancos em D+1 e a obrigações com a bandeira referente às operações com cartões de débito e crédito.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

17. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos. A movimentação das provisões para processos trabalhistas está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	20.622	18.752
Constituição	4.338	9.104
Atualização Monetária	2.300	3.506
Reversão	(4.805)	(10.740)
Saldo Final	22.455	20.622

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.111 (31/12/2016 - R\$ 5.730).

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos.

O Banco contabiliza as provisões para as ações de perda provável de acordo com o prognóstico dos advogados. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	20.689	33.759
Constituição	6.199	4.447
Atualização Monetária	312	1.708
Reversão	(9.504)	(19.225)
Saldo Final	17.696	20.689

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.217 (31/12/2016 - R\$ 4.778).

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de naturezas trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Processos Trabalhistas	74.862	5.112
Processos Cíveis	33.245	32.451
Total	108.107	37.563

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social de R\$2.130.001 (31/12/2016 - R\$ 2.130.001) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN, LFT e títulos privados. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo atingiu o montante de R\$ 614 (31/12/2016 - R\$ 3.554).

c) JCP e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram deliberados JCP e Dividendos.

c.1) Reserva de Lucros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve constituição de reserva de Lucros.

c.2) Reserva Estatutária

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve constituição de reserva estatutária.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

19. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A e Banco Original do Agronegócio S.A), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência Nível I	1.307.344	1.837.621
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.307.344	1.837.621
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	8.017.216	9.139.736
RWA _{CFAD} (Parcela de Risco de Crédito)	6.467.540	7.344.262
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	857.777	1.240.323
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	691.898	555.151
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	16,3%	20,1%

(1) Para fins de apuração do índice de Basileia, o Conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, a fim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluiu os impactos mencionados e é de 19,1%.

Em 2017 e 2016 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Nos anos de 2017 e 2016, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

20. Partes Relacionadas

a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2017	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Acionistas						
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

(1) É uma empresa de Investimentos (Holding).

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2016	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Acionistas						
J&F Participações S.A. (J&F)	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

b) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. As cessões de crédito ocorridas com partes relacionadas foram efetuadas a valor contábil. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ações	329.760	46.461	88.336	21.531
JBS S.A. (JBS) ⁽¹⁾	329.760	46.461	88.336	21.531
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	297.419	410.309	-	-
J&F Investimentos S.A. (Nota 30.e)	297.419	410.271	-	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	-	32	-	-
Original APP Ltda	-	6	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	(38.911)	(12.353)	-	-
Depósito à Vista				
JBS S.A. (JBS)	(17.578)	(128)	-	-
J&F Participações S.A.	-	(46)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(55)	(11)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(2)	(2)	-	-
Original Asset Management Ltda	(20)	(65)	-	-
Original Corporate Corretora Ltda	(8)	-	-	-
Fazenda Botas Agropecuária LTDA	(2)	-	-	-
Futura Venture Capital Participações LTDA	(2)	(2)	-	-
JBM Participações LTDA	(2)	-	-	-
JB Barra do Tiete Agropecuária LTDA	(4)	-	-	-
CV - Radio e Televisão LTDA	(7)	(7)	-	-
JB Agropecuária LTDA	(8)	(2)	-	-
VLM Participações LTDA	(14)	(2)	-	-
Ambar Energia LTDA	(23)	-	-	-
JBS Aves LTDA	(210)	(94)	-	-
Agrícola Jandelle	(742)	(1.734)	-	-
Seara Alimentos Ltda	(162)	(9.943)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(12.039)	(71)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(7.989)	(1)	-	-
Original APP Ltda	-	(1)	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(44)	(178)	-	-
Promotora (JBS)	-	(65)	-	-
Depósito Interfinanceiro	-	-	-	(1.930)
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	-	-	(1.930)
Depósito a Prazo	(1.070.803)	(281.621)	(26.000)	(12.855)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(6.597)	(15.789)	(919)	(332)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(5.040)	(9.959)	(702)	(221)
JBS S.A. (JBS)	(51.124)	(61.831)	(7.800)	(3.543)
Original Asset Management Ltda	(2.003)	(30.238)	(399)	(2.021)
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	(880)	-	(11)	-
Fip Caixa Milao	(29)	-	(2)	-
Fip Multiestrategia Formosa	(468.060)	-	(812)	-
Instituto Germinare	(13)	(105)	(0)	(1)
J&F Floresta Agropecuaria Araguaia LTDA	(438.819)	-	(742)	-
São João Transmissora de Energia S.A.	(1.465)	-	(102)	-
JB Agropecuária LTDA	(6)	-	-	-
J&F Participações S.A.	(28.135)	(28.961)	(5.646)	(3.852)
J&F Investimentos S.A.	-	(1.381)	-	(1)
Seara Alimentos Ltda	(66.316)	(60.385)	(8.483)	(2.385)
Picpay Serviços Ltda ME	-	(33)	-	(2)
Eldorado Brasil Celulose S.A.	-	(70.274)	-	(274)
Original APP Ltda	(2.317)	(2.665)	(382)	(223)
Captação no Mercado Aberto	(105.594)	(84.663)	(8.140)	(6)
Banco Original do Agronegócio S.A.	(97.148)	(84.663)	(8.136)	(6)
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(8.446)	-	(3)	-

(1) As ações estão marcadas ao valor de mercado e a receita é decorrente da variação positiva do período.

Demais transações

Cessão de Crédito: Em 2017 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresas ligadas, no montante de R\$ 573.194. (Nota 8.f). O montante de R\$ 245.098 foi recebido em ações da JBS, classificadas no ativo como títulos para negociação e o montante de R\$ 328.096 foi recebido em caixa.

Direitos Creditórios: Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis decorrente de vendas mercantis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.669.649 (31/12/2016 -R\$ 1.821.844), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A. (Nota 9.e)

Prestação de serviços: Em 22 de dezembro de 2016 o Banco Original firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços está baseado em indicadores de performance do Banco. O impacto no resultado no exercício foi de R\$ 3.700.

Vendas ações: Foram vendidas 5.524.861 ações da JBS S.A., cujo valor negociado a mercado foi de R\$ 49.999 para partes relacionadas.

21. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

a) Receita de Prestação de Serviços

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Cobrança e Arrecadações	2.469	4.787	4.442
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	2.124	3.127	11.928
Serviço de recebimento e envio de valores	1.566	3.163	6.136
Comissões de Cartões	4.724	8.899	2.154
Outras	2.352	3.929	2.025
Total	13.235	23.905	26.685

b) Tarifas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Tarifas	3.281	5.076	676
Total	3.281	5.076	676

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

22. Despesas de Pessoal

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Remuneração	(82.694)	(189.091)	(161.156)
Encargos	(26.405)	(59.561)	(49.462)
Benefícios	(16.197)	(33.878)	(23.048)
Outras	(519)	(729)	(1.507)
Total	(125.815)	(283.259)	(235.173)

23. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(24.825)	(48.635)	(52.131)
Depreciações e Amortizações	(56.256)	(105.255)	(51.830)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(1.875)	(5.996)	(91.744)
Comunicações	(1.289)	(2.247)	(1.829)
Processamento de Dados	(58.301)	(106.199)	(65.960)
Aluguéis	(4.947)	(9.968)	(11.428)
Transportes e Viagens	(2.253)	(4.710)	(6.293)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.684)	(3.510)	(3.569)
Manutenção e Conservação de Bens	(1.758)	(3.338)	(4.050)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(26.982)	(54.162)	(20.726)
Água, Energia e Gás	(791)	(1.591)	(1.549)
Material	(834)	(1.352)	(758)
Despesas Legais e Jurídicas	(1.125)	(2.512)	(1.939)
Despesas com registros de títulos e documentos	(161)	(832)	(2.095)
Serviços de copa e cozinha	(335)	(507)	(956)
Indenizações Judiciais diversas	(482)	(1.019)	(1.640)
Outras despesas administrativas	(2.936)	(8.052)	(9.297)
Total	(186.834)	(359.885)	(327.794)

(1) As despesas de marketing foram ressarcidas pela J&F Investimentos as quais estão representadas na nota 25 na rubrica Recuperação de Encargos e Despesas.

(2) Referem-se principalmente a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens e outros serviços financeiros.

24. Despesas Tributárias

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Despesa com COFINS	(13.288)	(24.411)	(17.273)
Despesa com ISS	(1.123)	(2.055)	(1.668)
Despesa com PIS/Pasep	(2.159)	(3.967)	(2.807)
IOF	(33)	(97)	(58)
Tributos Municipais	(2)	(10)	-
Tributos Estaduais	(466)	(646)	(413)
Outras	(1.683)	(3.415)	(821)
Total	(18.754)	(34.601)	(23.040)

25. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Atualização de Depósitos Judiciais	427	927	661
Atualização de Impostos a Compensar	5.046	5.157	2.781
Recuperação de Encargos e Despesas	7.197	8.735	1.259
Reversão de Provisões Operacionais	-	-	566
Reversão de Provisões Cíveis	1.402	2.993	13.069
Incentivo Fiscal ⁽¹⁾	30.592	30.592	21.167
Rendas de Garantias Prestadas	3.586	7.516	4.908
Receita de Atualização Monetária ⁽²⁾	13.347	35.298	-
Outras receitas operacionais	2.508	3.317	753
Total	64.105	94.535	45.164

(1) Trata-se do valor aprovado do "Incentivo Tecnológico de 2015 (Lei da BEM)."

(2) O valor da Receita de atualização monetária refere-se a venda da marca demonstrado na nota 30.f.

26. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Provisões Operacionais	(1.117)	(1.834)	(1.869)
Trabalhistas	(1.117)	(1.834)	(1.869)
Despesas com Cartão de Crédito	-	-	(85)
Indenizações trabalhistas	(413)	(763)	(2.084)
Despesas com Variação cambial	-	-	(7.865)
Prejuízos Operacionais	(3.846)	(3.846)	-
Outras	(622)	(892)	(3.904)
Total	(5.998)	(7.335)	(15.807)

27. Resultado não Operacional

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(388)	(430)	(594)
Ganhos/Perdas de Capital	-	-	(317)
Desvalorização de Outros Valores e Bens (BNDU)	(5.748)	(5.854)	-
Receita Cessão de Domínio e Marca	-	-	365.718
Total	(6.136)	(6.284)	364.807

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

28. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzidas as Participações no Resultado e JCP	(43.001)	(5.613)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(3.066)	(36)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL ⁽¹⁾	(25.882)	(46.666)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ ⁽¹⁾	(25.434)	(46.709)
Base de cálculo - CSLL	(71.949)	(52.315)
Base de cálculo - IRPJ	(71.501)	(52.358)
CSLL - 20%	14.389	10.463
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	17.875	13.617
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	32.264	24.080
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	32.264	24.080

⁽¹⁾ Em outras Diferenças Permanentes contemplam o valor de R\$ 30.592 referente ao valor aprovado do "Incentivo Tecnológico de 2015 (Lei do BEM)."

29. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, perante a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a Resolução nº 3.380/06, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Essa estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda aos requisitos da Resolução nº 4.557/17 e Resolução nº 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Essa política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 e a Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites e da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Essas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam essas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

A Diretoria do Banco é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria Executiva de Riscos é responsável por propor à Diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda a Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

30. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2017, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Banco, mediante comissão, montam a R\$ 395.162 (31/12/2016 - R\$ 332.369), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos, pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 2.037 (31/12/2016 - R\$ 749).

	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Fiscal	214.821	1.074	191.652	-
Locação	26.155	131	24.083	123
Confissão de Dívida	32.323	-	43.585	23
Prestação de Serviço	9.901	97	10.478	53
Trabalhista	52.724	264	2.571	-
Banco (Financiamento)	42.118	421	50.000	500
B3	10.000	50	10.000	50
Financiamento	7.120	-	-	-
Total	395.162	2.037	332.369	749

b. Seguros

O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2017 a carteira coberta pelo seguro atinge o montante de R\$ 1 (31/12/2016 - R\$ 54), referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 11 (31/12/2016 - R\$ 11). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com essas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Banco as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 695/2012.

d. Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela administração foram no montante de R\$ 40.359 (31/12/2016 - R\$ 46.031).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam a R\$ 193 (31/12/2016 - R\$ 96).

O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

e. Plano de Saúde - Benefício pós emprego

O Banco é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência a saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do Acordo Coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 622 (31/12/2016 - R\$ 486).

f. Cessão de marca e domínio

O Banco Original, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializados na área de inteligência e marketing. Em 22 de dezembro de 2016 o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A. (Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Banco continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de royalties de 1% do resultado operacional para a J&F.

O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes, a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento, os pagamentos de royalties não ocorreram em 2017. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 297.419, e os resultados reconhecidos decorrentes de atualização de CDI montam o valor de R\$ 35.298 contabilizados na rubrica Resultados operacionais.

31. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos.

Como é de conhecimento público, em maio de 2017, determinados executivos e ex-executivos da JBS S.A. e da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original S.A., "Conglomerado Original"), celebraram acordos de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"). Em junho de 2017, a J&F celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), devidamente homologado pela 5ª Câmara do MPF em 24 de agosto de 2017, a respeito do qual determinadas informações ainda estão pendentes de levantamento de sigilo. O Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

O Acordo prevê o pagamento de R\$ 10,3 bilhões em 25 anos a serem pagos exclusivamente pela J&F Investimentos S.A. e diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis, Greenfield e demais anexos constantes do Acordo.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), iniciaram uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original, incluindo-se membros da Administração do Conglomerado Original ou qualquer um de seus funcionários que tenham responsabilidade no processo de elaboração dos relatórios financeiros e que estiveram envolvidos nos mencionados crimes.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018, com a entrega, ao responsável pelo Departamento Jurídico do Conglomerado Original, do relatório detalhado contendo todo o escopo da investigação, as fontes de informações nas quais teve seu ponto de apoio e o resultado final, incluindo conclusões ("Relatório"), que será remetido ao Ministério Público Federal, no âmbito do Acordo. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

Observadas as premissas e ressalvas constantes do Relatório, os Assessores conduziram a revisão da documentação relacionada aos temas sob investigação, realizaram entrevistas com pessoas relevantes e análises financeiras e contábeis relacionadas a certas transações dentro do escopo. Os Assessores concluíram a investigação, conforme devidamente detalhado no Relatório, observado que não foram identificadas, dentro do escopo, evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A (Banco) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Original é um órgão composto por dois membros externos e independentes, e três diretores do Banco.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Presidente e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 13 vezes durante todo o exercício e fez 67 reuniões com a empresa de auditoria independente, com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2017.

O Comitê de Auditoria emitiu três recomendações, sendo uma de implantação necessária e duas de implantação desejável ao longo do exercício. As recomendações foram aceitas e implantadas.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31.12.2017 do Banco foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018.

O Comitê de Auditoria